

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*.

Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

Camila Penna

Resumen:

Em “La idea de América Latina” Walter Mignolo propõe uma versão crítica para a compreensão do processo histórico de construção da idéia de América Latina. Inserido no paradigma decolonial o livro traça um percurso histórico da geopolítica do conceito de América e de América Latina desde o século XVI.

Palavras-chave:

Colonialismo.

Em “La idea de América Latina” Walter Mignolo propõe uma versão crítica para a compreensão do processo histórico de construção da idéia de América Latina. Inserido no paradigma decolonial o livro traça um percurso histórico da geopolítica do conhecimento que pautou a construção epistêmica do conceito de América e de América Latina desde o século XVI. O argumento central do autor, que aparece de forma recorrente ao longo do livro, é o da existência de dois paradigmas distintos e conectados pela matriz colonial de poder: o imperialista e o da colonialidade. No paradigma imperialista estariam inseridos tanto a retórica de “descobrimto” da América como a construção da idéia de América Latina no século XIX. O paradigma da colonialidade, em contrapartida, compreende o relato da história colonial e da exploração a partir da versão do colonizado, ou dos *damnés de la terre* – tomando emprestado o conceito de Franz Fanon. O relato da invenção da América de Edmundo O’Gorman em oposição à retórica do “descobrimto” estaria inserido no paradigma da colonialidade. Partindo da oposição entre esses dois paradigmas a narrativa se desenvolve ao longo de um fio condutor que perpassa o processo de construção da noção de América, o surgimento da idéia de América Latina, o lugar atual da idéia de América Latina, e por fim, sua superação face aos novos projetos políticos decoloniais surgidos a partir da ferida colonial.

No primeiro capítulo o autor apresenta alguns conceitos como o de colonialidade, colonialismo, ferida colonial e geopolítica do conhecimento – que são chave não apenas para a compreensão do argumento do autor ao longo do livro como também para o debate decolonial. Cabe portanto breve menção ao conceito destes termos. Colonialidade é a estrutura lógico-cognitiva de domínio

colonial que subjaz o controle das metrópoles ou impérios; colonialismo se refere aos períodos históricos específicos e lugares de domínio imperial; ferida colonial é a consequência psicológica ou física do racismo que se imprime nos *damnés* e que os define; geopolítica do conhecimento é uma postura decolonial que implica na adaptação do sistemas de pensamento e conhecimento local para inserir o sistema ocidental, produzem o que o autor chama de pensamento fronteiriço.

No pensamento decolonial a noção de colonialidade está diretamente ligada à de modernidade. Com efeito, a colonialidade seria a face oculta da modernidade, que surge do sentimento de inferioridade imposto nos seres humanos que não se encaixam no modelo eurocêntrico. A modernidade só pode ser pensada em coexistência e simultaneidade com a colonialidade, na medida em que a identificação como “moderno” e “civilizado” se afirma a partir da categorização da colônia como “bárbara” e “atrasada”. E nesse sentido a escravidão, o genocídio e a exploração também são parte da modernidade, estão na face da colonialidade. O projeto decolonial ao adotar essa noção de colonialidade implica em uma mudança de posicionamento diante da história, deixando de pensar a modernidade como um objetivo e vendo-a como uma construção européia da história a favor dos interesses da Europa.

Ao final do primeiro capítulo o autor discorre sobre a invenção da idéia de América dentro do paradigma colonial e de acordo com a mitologia cristã de um mundo tripartite. América nesse sentido é construída como parte da matriz colonial de poder e do relato histórico europeu. É interessante ainda neste capítulo o diálogo que Mignolo estabelece com a noção de “orientalismo” de Edward Said. Para o autor seria difícil imaginar uma aproximação entre orientalismo – como campo de estudos paralelo – e ocidentalismo, uma vez que o ocidente é o próprio locus de enunciação e classificação do mundo. O eurocentrismo e a idéia de América seriam pois parte do ocidentalismo.

No segundo capítulo Mignolo se dedica a traçar o contexto de surgimento da idéia de América Latina, apontando como ela esteve inserida no paradigma colonial e contribuiu para a invisibilidade dos indígenas e descendentes de africanos. Com efeito a noção de latinidade

construída por intelectuais franceses com a contribuição das elites criollas americanas teria sido providencial para estas na construção de um modelo de nação europeu, com forte inspiração na França, após as independências. Contudo, a latinidade como identidade subjetiva referente à língua, cultura e religião, inclui apenas as elites criollas, deixando à margem os povos originários do próprio continente e os descendentes de africanos – pertencentes a outras cosmologias que passam a ser ocultadas na narrativa da “latinidade”. Esta é uma das críticas do autor à idéia de América Latina e de latinidade: a busca de reinvenção da Europa como modelo para a América e o não questionamento do passado colonial e das diferenças internas resultantes da história colonial teria sido responsável pela manutenção do colonialismo como ideologia mesmo após a independência – o que na literatura pós-colonial é denominado “colonialismo interno”.

Ao se questionar sobre as causas que teriam levado as elites criollas a trocar a noção de hispano-américa vigente na primeira metade do século XIX, para a noção de América Latina na segunda metade do século XIX, o autor avança uma hipótese interessante. O acolhimento da noção de América Latina que remonta a aspectos da subjetividade e identidade dos indivíduos poderia estar ligada a um processo em gestação desde o século XVI com o surgimento do barroco crítico, não oficial, nas colônias. Esse barroco expressava uma posição crítica das elites criollas à margem do sistema colonial. Nesse sentido ter-se-ia construído um campo subjetivo desde então para a adoção da idéia de latinidade, que passa a substituir a noção de hispano-américa – que remonta a aspectos da organização político-administrativa mais do que a aspectos da identidade destas elites. Contudo esse processo teria levado também à substituição de um ethos crítico barroco para um ethos latino-americano a-crítico em relação à história colonial.

O terceiro e último capítulo discute a idéia de América Latina no contexto atual de início do século XXI. Para Mignolo a idéia global que se tem hoje de América Latina como subdesenvolvida e politicamente autortária foi contruída durante a Guerra Fria. Ao passo que naquele contexto podia-se controlar a produção do conhecimento sob justificativa da “ameaça comunista”, atualmente isso não é mais possível, e nesse contexto surge um novo tipo de saber que responde às necessi-

dades dos damnés. Essa ruptura epistêmica produzida a partir de projetos políticos decoloniais é o tema central que compõe o argumento do autor no último capítulo, qual seja, o de que está tomando lugar um questionamento e ainda uma superação da idéia de América Latina a partir da construção de conhecimento crítico no marco da decolonialidade.

Para fundamentar seu argumento o autor aponta para diferentes projetos que têm como ponto comum a introdução do paradigma da co-existência em oposição ao paradigma imperial de “novidade” em uma perspectiva de história linear e universal. No que tange ao paradigma de co-existência o autor entende como inaugural o projeto de Guaman Poma que ainda no século XVI propõe ao rei espanhol uma forma de governo e gestão da colônia a partir de uma perspectiva do império Inca, produzindo um pensamento de fronteira, que enquadra a história imperial e ocidental a partir do sistema de pensamento e conhecimento local e da própria história colonial.

Alguns movimentos sociais atuais são apontados por Mignolo como responsáveis pela transformação na geografia do conhecimento na medida em que produzem um pensamento de fronteira. O autor destaca os movimentos afro-americanos e indígenas andinos, além dos latinos mestiços nos Estados Unidos que estão produzindo uma consciência crítica. A ruptura epistêmica produzida a partir destes movimentos estaria levando a um processo de descolonização do ser. Em outras palavras, a aparição de novos atores sociais – como por exemplo no Fórum Social Mundial – que reclamam seus direitos epistêmicos estariam levando à superação da idéia excludente de América Latina. Esse argumento poderia ser problematizado na medida em que se qualifica o debate sobre as contribuições dos projetos políticos dos “novos” atores sociais. Em outras palavras, quando se olha para os diferentes matizes das organizações e movimentos sociais é notável a necessidade de se desconstruir uma visão ingênua destes atores como baluartes da democracia em oposição ao Estado e ao mercado.

O autor aponta como um indício da perda de importância da idéia de América Latina a criação da União dos Países da América do Sul (UNASUL). A existência desta organização demonstra que até mesmo as elites criollas não acreditam mais na validade da idéia de América Latina como viável para a

criação de uma união latino-americana. Nesse sentido a UNASUL seria indicativa do fechamento do ciclo da noção de América Latina e se insere em um processo mais amplo de mudança epistêmica no marco dos projetos decoloniais.

Outro ponto importante levantado pelo autor no pós-fácio à edição em espanhol é o da necessidade de diferenciação entre projetos de esquerda – no contexto do giro à esquerda pelos qual passaram alguns países nos últimos anos – e projetos decoloniais. O conceito de esquerda seria em larga medida deficiente para apreender os processos de transformação atuais. De acordo com o autor as origens da esquerda na América Latina estão ligadas à ação dos imigrantes europeus, o que implicou em um não reconhecimento da herança e do legado do passado colonial. Ao passo que o projeto decolonial pensa a partir do momento em que as histórias locais coloniais do mundo foram interrompidas pela história local da Europa que se apresenta como projeto universal.

“La idea de América Latina” apresenta uma perspectiva interessante para se pensar como a geopolítica do conhecimento é construída e quais são suas implicações. Mignolo sugere uma tomada de posição crítica em relação à história e aos conceitos que tomamos como naturais e pré-estabelecidos, e nesse sentido a leitura do livro é necessária como um aporte para a construção de uma visão crítica sobre o relato de América Latina. A proposta do livro também é relevante no sentido de elucidar as estratégias e objetivos subjacentes à construção de conceitos no marco do paradigma imperialista. Em que pese a importância do livro para a inserção de um debate crítico sobre América Latina na perspectiva decolonial, alguns problemas na análise podem ser identificados. O autor faz referência constante ao contexto atual de modo a assinalar uma continuidade na colonialidade, notadamente a partir de exemplos do imperialismo norte-americano e dos projetos neoliberais. Contudo as referências às “elites criollas atuais” são problemáticas. Quem seriam as elites criollas de hoje?

Em alguns momentos o autor parece estar utilizando um critério de raça para delimitar quem seriam as elites e quem seriam os damnés (como por exemplo as referências a afro-americanos e indígenas). Em outros momentos Mignolo argumenta que a opção decolonial não é uma questão de pele ou de

raça, mas sim uma questão ética, ressaltando que quando fala de projetos indígenas ou projeto afro-americano não está se referindo à totalidade destas populações. Contudo, ambas as saídas sugerem uma referência esquemática das divisões coloniais, como se fosse possível delimitar claramente determinadas populações das ex-colônias pela presença da “ferida colonial”. Esta também é uma categoria problemática, uma vez que pode levar a um engessamento na análise da possibilidade e capacidade de agência – na medida em que o autor aponta que os damnés são definidos a partir da “ferida colonial”.